



# SENADO FEDERAL

## PARECER

### Nº 739, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Geovani Borges, que altera o art. 100 da Constituição Federal para estabelecer hipótese de pagamento de condenação judicial de Fazenda Pública sem utilização do sistema de precatório.

RELATOR: Senadora **KÁTIA ABREU**

RELATOR “AD HOC”: Senador **RENATO CASAGRANDE**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2008, da Câmara dos Deputados, que tem como primeiro signatário o Senador Geovani Borges, que modifica o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para estabelecer que o critério de pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública em razão de decisão judicial, por ordem cronológica de apresentação dos precatórios, não se aplica às obrigações até o valor de quinhentos salários mínimos, exceto no caso de município com menos de cem mil eleitores, bem como o pagamento de outras obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

Pondera-se, na justificação, que se pretende dispensar a expedição de precatórios para o pagamento de valores devidos pela Fazenda Pública que não ultrapassem a importância de quinhentas vezes o salário mínimo vigente.

Tal proposta tem o objetivo de garantir a celeridade do processo judicial, uma vez que tal celeridade só é atendida com a entrega efetiva do direito reconhecido ao vencedor da contenda judicial.

## II – ANÁLISE

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição.

Passamos, pois, a analisar a proposição.

Quanto à constitucionalidade, parece-nos que nada obsta à livre tramitação da matéria sob exame. Com efeito, no que diz respeito às cláusulas que impedem deliberação sobre proposta de emenda à Constituição inscritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior, entendemos que nenhuma delas se aplica ao caso que aqui estudamos. Assim, não temos unidade da Federação sob intervenção federal e não estamos sob estado de defesa ou de sítio (§ 1º); a proposta não fere a forma federativa de Estado, nem o voto direto secreto, universal e periódico, não macula a separação de Poderes, nem os direitos e garantias individuais (§ 4º).

Outrossim, não vislumbramos vício de juridicidade. Contudo, parece-nos que há obstáculo ao seguimento da tramitação da matéria, no que diz respeito à sua regimentalidade.

Com efeito, o Senado acaba de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, de que também fomos Relatora e que está promovendo uma reformulação completa do sistema de pagamento das obrigações da Fazenda Pública, alterando expressivamente o art. 100 da Lei Maior, inclusive o § 3º em questão, que dispõe sobre o pagamento das obrigações de pequeno valor.

Em face do exposto, fica evidenciada a hipótese prevista no inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe, *verbis*:

**Art. 334.** O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado.

.....

**II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.**

§ 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita em plenário, incluída a matéria em Ordem do Dia, se nela não figurar quando se der o fato que a prejudique.

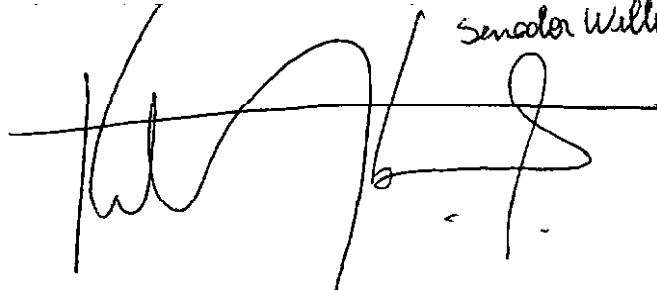
.....

§ 4º A proposição prejudicada será definitivamente arquivada. **(grifos nossos)**

### III – VOTO

Como conclusão, em virtude do prejulgamento da matéria em outra deliberação, o voto é pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2008.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009.

 *Senador Wellington Salgado de Oliveira*  
↓  
, Presidente em  
exercício  
, Relatora

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 33 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

|  |                            |
|--|----------------------------|
| PRESIDENTE: <u>em exercício Senador Wellington Salgado de Oliveira</u> |                            |
| RELATOR: <u>"Ad Ha": Senador Renato Casagrande</u>                     |                            |
| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>             |                            |
| MARINA SILVA   | 1. RENATO CASAGRANDE       |
| ALOIZIO MERCADANTE   | 2. AUGUSTO BOTELHO         |
| EDUARDO SUPLICY  | 3. MARCELO CRIVELLA        |
| ANTONIO CARLOS VALADARES   | 4. INÁCIO ARRUDA           |
| IDELI SALVATTI   | 5. CÉSAR BORGES            |
| EXPEDITO JÚNIOR  | 6. SERYS SLHESSARENKO      |
| <b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>  |                            |
| PEDRO SIMON  | 1. ROMERO JUCÁ             |
| ALMEIDA LIMA   | 2. LEOMAR QUINTANILHA      |
| GILVAM BORGES  | 3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR |
| FRANCISCO DORNELLES  | 4. LOBÃO FILHO             |
| VALTER PEREIRA   | 5. VALDIR RAUPP            |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA   | 6. NEUTO DE CONTO          |
| <b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>                                    |                            |
| KÁTIA ABREU  | 1. EFRAIM MORAIS           |
| DEMÓSTENES TORRES  | 2. ADELMIR SANTANA         |
| JAYME CAMPOS   | 3. RAIMUNDO COLOMBO        |
| MARCO MACIEL   | 4. JOSÉ AGRIPINO           |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR  | 5. ELISEU RESENDE          |
| ALVARO DIAS  | 6. EDUARDO AZEREDO         |
| SÉRGIO GUERRA  | 7. MARCONI PERILLO         |
| LÚCIA VÂNIA  | 8. ARTHUR VIRGÍLIO         |
| TASSO JEREISSATI   | 9. FLEXA RIBEIRO           |
| <b>PTB</b>   |                            |
| ROMEU TUMA   | 1. GIM ARGELLO             |
| <b>PDT</b>   |                            |
| OSMAR DIAS   | 1. PATRÍCIA SABOYA         |

Publicado no DSF, de 11/06/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

OS:13657/2009